

Eric Foner: Reflexões Sobre a História das Américas, da Escravidão e das Relações Sociais*



Eric Foner: liberalismo e escravidão

Eric Foner é um dos mais profícuos historiadores, hoje, nos Estados Unidos. É professor da Universidade de Columbia desde 1982 onde é um dos maiores especialistas nos estudos sobre mudança social, política e ideológica nos Estados Unidos, especialmente no século XIX. Em seus livros, tem se dedicado particularmente à pesquisa sobre a Escravidão, Guerra Civil e Reconstrução. Durante sua carreira, pode contar com importantes financiamentos tais como o da *American Council of Learned Societies* em 1972/73; *Guggenheim Fellowship* em 1975/76, *National Endowment for the Humanities Senior Fellowship* em 1982/83. Ganhou numerosos prêmios como *Pulitzer Prize* em 1981, *Bancroft Prize* em 1982 (*chair*), *Binkley-Stephenson Award* em 1980/82 (*chair*), *Beveridge Prize* em 1983/85, *Avery O. Craven Prize* em 1987 (*chair*) e foi nomeado o Professor do ano em

1995 pelo *New York Council for the Humanities*. Com o seu livro *Reconstruction: America's Unfinished Revolution, 1863-1877* ganhou o prêmio *Bancroft* e o *Los Angeles Times Book Award*, entre outras premiações. Foner é relativamente pouco conhecido no Brasil embora tenha tido um livro, *Nada Além da Liberdade*, traduzido para o português em 1988. Esta entrevista procura então apresentar o autor para os leitores brasileiros na tentativa de promover reflexões sobre a história das Américas, da escravidão e das relações raciais.

* Entrevista realizada por Regina Xavier Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fale um pouco sobre sua trajetória intelectual: porque escolheu ser historiador, como se interessou pela história da escravidão e quais foram suas principais motivações para escrever seus livros.

Eu cresci em uma família na qual a história era muito presente e meu tio Philip Fouca era um dos mais prolíficos historiadores, tendo escrito muitos livros sobre a história da América, do trabalho, dos negros, etc. Meu pai também era historiador, de forma que sempre me interessasse por história. Tanto meu pai como meu tio eram produto do que se chamou a velha esquerda. A história que eu aprendi, enquanto crescia, era, pois, muito diferente da história que se ensinava nas escolas nesse período. Aprendi muito sobre a história dos negros, cuja temática ainda não existia naquela época, aprendi muito sobre a história do trabalho, história social das pessoas comuns. Esse era o tipo de história que se produzia nos partidos comunistas a partir dos anos 30 e era o discurso comum em minha casa.

Mas, o fato é que eu havia decidido não ser historiador. Primeiro, na faculdade, eu havia decidido ser um cientista, um astrônomo ou físico. Mas, depois de dois anos, após alguns cursos, comecei a perder o interesse. Quando eu estava nos primeiros anos de graduação aqui na Universidade de Columbia, fiz um curso com o professor James Shenton sobre o período da Guerra Civil e, como aconteceu com muitas outras pessoas, fui inspirado por este maravilhoso professor, pois o tema era muito bem abordado, e fiquei entusiasmado com a idéia de me tornar historiador e estudar, como continuo estudando, este período no século XIX.

É também verdade, falando agora de minhas motivações, que este era o período dos movimentos pelos direitos civis, nos quais eu e

outros estudantes estávamos bastante envolvidos. Estes movimentos, nos anos sessenta, começaram a chamar a atenção dos historiadores para temas como a história do racismo, da escravidão e/ou relações raciais na história da América. Líamos muito sobre o racismo e vários livros sobre o tema foram lançados, como os de Genovese. Então, era a crise racial vivida na sociedade que levou muitos jovens, e me incluo entre eles, a se interessarem pela história da escravidão e das questões raciais na América, porque sentíamos que este era o caminho que levava às origens da crise pela qual o país passava.

Sobre os significados da emancipação e da reconstrução nos Estados Unidos. O período da reconstrução, por exemplo, é considerado como sendo aquele marcado por mudanças radicais de percepção em relação aos afro-americanos, à idéia de liberdade e de trabalho livre. Foi o período da segregação, também. Na sua opinião, a ideologia racista foi responsável pelo fracasso da idéia de independência em relação à dominação branca?

Uma das coisas mais interessantes sobre o período da reconstrução

que sucedeu a guerra civil é o fato de reforçar a idéia de que o próprio racismo é produto da história. O racismo não é uma consequência, tem sua própria historicidade. Ele existiu durante o período da reconstrução, é claro, mas nos primeiros anos deste período, ele era fraco e muitas leis importantes passaram, as emendas constitucionais n. 14 e 15, os direitos civis de 66, que de fato, repudiavam o velho racismo do país. Criou-se uma nova definição para a cidadania americana baseada na igualdade perante a lei, para todos, sem discriminação de raça. O direito de voto para homens negros era um repúdio à velha tradição que garantia o direito

“O direito de voto para homens negros era um repúdio à velha tradição que garantia o direito de voto apenas para os brancos durante toda a história americana.”

de voto apenas para os brancos durante basicamente toda a história americana. Estas leis foram aprovadas por uma larga maioria no Norte neste período. A guerra civil havia produzido uma igualdade, ao menos no seu sentido legal e político. Pode-se dizer que parte do significado da idéia de nação americana e de preservação da União não residia apenas na questão de separar-se do Sul mas na intenção de se criar uma nova nação na qual haveria uma cidadania e igualdade para todos, protegidos pelo governo federal. Evidentemente, tratava-se de um ideal. Isto não quer dizer que todos estavam de acordo com ele. É claro que no Sul o racismo permaneceu muito agudo e profundamente enraizado entre os brancos. Evidentemente, no Norte, muitos eram racistas também. À medida em que a Reconstrução continuava, o racismo começou a ressurgir. Por volta de 1870, muitos, inclusive no Norte, reviram suas posições em relação à idéia de igualdade. Então, o racismo tem muito a dizer sobre a falência da reconstrução, mas esta não é a única explicação. Poder-se-ia até dizer, por isso, que a falência da reconstrução reforça o racismo porque as pessoas, particularmente no Norte, começaram a dizer que o fracasso da reconstrução deveu-se aos negros porque não eram capazes de tomar parte de um governo democrático. Houve muitas outras razões para a falência da reconstrução além do racismo. Ele foi muito importante mas não é a única explicação. Interesses econômicos, batalhas políticas, entre muitos outros motivos não diretamente relacionados com a questão do racismo também contribuíram para a falência da reconstrução.

No Brasil, mesmo antes da abolição, já havia uma importante população de negros livres ou libertos integrados ao mercado de trabalho livre, o que parece marcar uma diferença importante em relação à história americana. Entretanto, após a abolição, a

elite branca brasileira reclamou contra a resistência ou incapacidade dos negros de se adaptar à nova disciplina de trabalho. Desenvolveu-se então a política imigrantista que procurou substituir o trabalhador, empurrando a população liberta para as margens. Em que medida o conflito no mercado de trabalho foi definitivo para o sucesso da Reconstrução nos Estados Unidos?

Esta também é uma questão complicada. Primeiro, antes da guerra civil, nos Estados Unidos havia poucos negros livres. Eles eram cerca de 250.000, metade no Norte e a outra metade no Sul. Mas havia 4 milhões de escravos. Os negros livres representavam uma porcentagem muito pequena do total da população negra. De fato, o acesso à liberdade se tornou mais difícil nos anos que antecederam a guerra civil. Muitos estados do Sul tornaram ilegal a alforria de escravos. Então isto é muito diferente do caso brasileiro onde o acesso à liberdade era muito mais considerável. Mas tanto no Brasil como nos Estados Unidos, após a emancipação, os empregadores, os fazendeiros insistiram que os ex-escravos não queriam trabalhar direito, que queriam apenas trabalhar em suas próprias terras e/ou para si, recusando-se a trabalhar nas fazendas. Eram preguiçosos, irregulares, incapazes de trabalhar sem uma disciplina rígida. Esta ideologia era largamente compartilhada tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil.

De fato, acredito que se possa traçar um bom paralelo, não em relação à lei, mas na prática social relativa à imigração. Em ambos os lugares, houve esta maciça imigração após o final da escravidão, vinda da Itália e, no caso dos Estados Unidos, da Europa do Leste e do povo judeu, poloneses etc. Esta imigração veio em um *crescendo* e desenvolveu a economia dos Estados Unidos e o Norte teve uma industrialização muito rápida. Bem poucos imigrantes foram para o Sul, que estava economicamente es-

tagnado. Não havia realmente demanda. Não havia necessidade de trabalhadores. É similar ao Brasil com as velhas áreas do Nordeste estagnadas enquanto as novas áreas atraíam os imigrantes, como São Paulo, nas quais havia uma economia em expansão. Nos Estados Unidos isto certamente era muito importante porque os negros queriam mudar para o Norte. Queriam escapar do sistema de parceria e do trabalho no Sul. Mas a indústria do Norte não queria empregar trabalhadores negros. Parece estranho que tenham preferido buscar trabalhadores a 5 mil milhas de distância, na Europa, no lugar de buscá-los a 500 milhas de distância, no Mississippi ou Alabama. Apenas com a primeira guerra a imigração europeia foi interrompida e se teve uma maciça imigração dos negros do Sul para o Norte, para as cidades industriais, ocupando os níveis mais baixos da mão-de-obra industrial. Então, antes disso, os escravos negros emancipados no Sul, foram, por assim dizer, rendidos. Puderam mudar-se de uma fazenda a outra, mas não tiveram a oportunidade de mudar para o Norte, onde realmente havia trabalho. Os empregos foram ocupados pelos imigrantes europeus assim como aconteceu no Brasil. É muito similar o modo como a imigração foi usada para deixar os trabalhadores negros fora das nascentes áreas industriais.

Um importante político brasileiro, José Bonifácio, escreveu uma representação à Assembleia Constituinte na qual defendia a idéia de que a escravidão se contrapunha à idéia de nação, pois criava uma população heterogênea, com tantas raças e classes que inviabilizava a constituição de um povo. Assim ele marcava uma oposição entre escravidão e um projeto liberal de nação. Como se deu esta relação entre escravidão e liberalismo nos Estados Unidos?

“Liberalismo e escravidão coexistiram durante longo período. Muitos dos bons liberais eram pró-escravidão. Jefferson era um proprietário de escravos”

É uma boa questão. Acredito que esta idéia de que a escravidão não era compatível com um projeto de construção de uma nação era muito comum em toda a América Latina neste período. Os libertadores das colônias espanholas e de outras partes da América do Sul e Central também eram abolicionistas. Acreditavam que as nações deviam ter uma cidadania e não deveriam ter esta diversidade de condições. Acreditavam que podiam levar também aos nativos americanos esta noção de cidadania.

Certamente há paralelos entre este ponto de vista e o republicano: os republicanos radicais e os abolicionistas nos Estados Unidos. Eles também insistiam, como Charles Sumner, o senador abolicionista de Massachusetts: “A soberania do senhor de escravos é incompatível com a soberania da nação”. Em outras palavras, devia haver apenas um nível de cidadania: nenhum grupo deveria exercer este poder sobre outro. E a guerra civil, o processo de construção da nação não consistia apenas em recriar a antiga União, mas pretendia criar uma nova. O impulso da emancipação é, de certa forma, próximo da idéia de Bonifácio. Por outro lado, é preciso lembrar que isto não quer dizer, como muitos historiadores americanos disseram, que a abolição da escravidão seguiu apenas a lógica do liberalismo.

Liberalismo e escravidão coexistiram muito bem durante um longo período. Muitos dos bons liberais eram pró-escravidão. Jefferson era um proprietário de escravos. J. Locke defendeu a escravidão e eles não pensavam que eram coisas incompatíveis. Podia-se ser, ao mesmo tempo, liberal e proprietário de escravos desde que a idéia de povo se definisse em um certo sentido, excluindo os escravos como membros da comunidade. É como Jefferson disse, e ele foi

o pai do liberalismo americano: “a natureza estabeleceu o limite. Os negros foram criados pela natureza com uma baixa capacidade intelectual para se tornarem cidadãos da nação”. A natureza estabeleceu o limite, então não havia uma exclusão. O movimento abolicionista e os republicanos radicais negavam isto. Eles realmente tentaram revigorar o liberalismo como um princípio universalista, o que não significava que os acidentes de nascimento eram incompatíveis com o verdadeiro sentido do desenvolvimento nacional. Talvez Jefferson concordasse com a escravidão devido ao temor em relação a um poderoso governo nacional. Ele temia o Estado Nacional. Sua noção de poder político era descentralizado, era o auto-governo local. Logo, o governo local incluía o direito de possuir escravos. Se o governo federal abolisse a escravidão poderia vir a destruir o direito das pessoas livres, então isto sim seria incompatível. Liberalismo também significa auto-governo. Abolir a escravidão seria interferir no direito de auto-governo do senhor de escravos. Então, escravidão era muito compatível com muitos elementos do liberalismo, apesar de ser incompatível com outros. Mas certamente, durante a escravidão, houve controvérsia com atitudes similares a esta que você citou e era proeminente entre os críticos da escravidão nos Estados Unidos.

Eu queria que você comentasse um pouco a relação entre o marxismo e o empiricismo. Na sua opinião, como se deu a influência do marxismo na historiografia americana e qual o tipo de diálogo que se estabeleceu entre historiadores como E. P. Thompson?

Esta é uma grande questão também. Na década de 70 e 80 um tipo particular de marxismo, ou o que se chamou o marxismo ocidental, teve uma grande influência nos escritos sobre a história americana. Não apenas em relação a marxistas como Genovese ou eu mesmo

neste período, mas também em relação a pessoas como David Brion Davis, que não era um marxista mas seu trabalho era influenciado pelas categorias marxistas de análise. Mas isto era o marxismo ocidental, era o marxismo da escola de Frankfurt, da Rússia, que não era muito forte empiricamente. Por outro lado, havia vigorosos historiadores empíricos surgindo tais como Thompson e Hobsbawm na Inglaterra. Era também um marxismo que não dava grande ênfase à base econômica mas, poder-se-ia dizer, à cultura, à ideologia, à política e às relações entre a base e a superestrutura, se você quiser usar estes termos.

Eu acho que a contribuição do marxismo para a historiografia americana foi a de acabar com a idéia de uma sociedade sem classes, foi a de reintroduzir *classe* como uma categoria fundamental para o entendimento da história americana, foi reintroduzir o conceito de ideologia para atacar a noção de consenso na história americana ou aquela impressão de que não havia idéias, que tratava-se apenas de pessoas práticas agindo em seus próprios interesses. Foi mostrar a utilidade da análise baseada em classe e ideologia como chaves para entender a crise na história americana, para se perguntar o que foi a crise da escravidão, etc.

O outro tipo de marxismo era a chamada história do trabalho, uma história social marxista influenciada por Thompson ou pela história “vinda de baixo”, ou seja, aquela que defende a idéia de que você precisa estudar as pessoas comuns, as classes baixas, trabalhadoras, como uma forma de realmente entender como a história estava funcionando. Então, não se trata de um marxismo ortodoxo. Thompson disse uma vez e este é o tipo de marxismo que eu, se fosse definir meu próprio ponto de vista, diria: é uma longa conversa, não é um depósito de verdades ou de idéias fixas, é um diálogo sobre o que estava acontecendo ao longo dos séculos

em relação a estas categorias de análise: classe, ideologia e mais recentemente, raça, gênero, etc. É um conjunto de prioridades, de questões, algumas respostas, enfim, um conjunto de hipóteses sobre o que é importante para história. Neste sentido, acredito que ainda continua muito útil e importante. Não é um dogma nem um corpo ideológico fixo. É certamente os historiadores americanos, talvez mais que em outros países, são bastante direcionados em relação ao empirismo. Não tendemos a ser atraídos por grandes correntes teóricas. Todos os marxistas que mencionei construíram seus trabalhos nos arquivos. Apenas eles não usaram certos trabalhos marxistas para escrever a história americana. Mas acredito que o que torna o trabalho deles poderoso inclusive em relação a leitores que não compartilham a mesma visão é o fato de produzirem suas conclusões baseados em pesquisa.

A sociedade americana parece ter uma divisão muito marcada entre afro-americanos e brancos, com espaços institucionais e culturais muito diferentes. O historiador Carl Degler, que escreveu um estudo comparativo entre o Brasil e os Estados Unidos em 1971, concluiu seu livro defendendo a ideia de que o problema racial no Brasil tendia a ter uma longevidade maior do que nos Estados Unidos porque os brasileiros ainda não haviam instituído políticas públicas para combater o racismo e garantir para a população afro-brasileira lugares no mercado de trabalho e no sistema educacional. Na sua opinião, estas políticas públicas são uma efetiva solução para o problema racial, são capazes de realmente construir uma sociedade democrática e racialmente igualitária no futuro?

Não, não creio que criaremos esta sociedade. Acredito que muitos programas, que estão no momento sendo atacados e desmantelados,

são de graus na correta direção, na tentativa de superação de uma herança de 250 anos de escravidão e outras centenas de anos de segregação. O problema em nossa sociedade e, suponho que no Brasil também, é que a história criou poderosas estruturas as quais é muito difícil desmanchar. Pode-se declarar igualdade. Pode-se declarar que a partir deste momento não se pode discriminar. Mas para além disso, deve-se defrontar com todas as estruturas criadas pela escravidão e pela segregação. Veja o exemplo da moradia. As casas estão organizadas de forma segregada neste país. É muito difícil mudar

“A configuração racial não se refere apenas a brancos e negros. Há uma maciça imigração da Ásia, América Latina e povos hispânicos – fator que acarreta problemas no país”

isto. Não se pode simplesmente retirar as pessoas de suas casas e forçá-las a mudar para outros lugares. Levará gerações para criar realmente uma moradia integrada e, para além da questão da moradia, há a situação da escola, do desemprego, entre muitos outros aspectos. Pode-se dizer que no futuro não poderá haver qualquer tipo de discriminação mas depois disso a terá erradicado do país? O caso dos ex-proprietários de escravos era similar. Era fácil dizer que os negros não podiam mais ser usados, mas a

dominação do senhor branco permaneceu e se não se tomar uma atitude, não se obterá qualquer tipo de igualdade genuína no lugar de trabalho. Então, trata-se de um longo processo. O problema é que, como está acontecendo na América, há certos grupos, uma classe média que se beneficia consideravelmente de todos estes programas. Mas há uma larga classe baixa que está apenas emergindo da sociedade e que é deixada para trás. Todos estes programas visavam-na como objetivo direto e pretendiam lhe dar suporte econômico. Porém, isto não a colocou na agenda política, apenas nos programas.

No Brasil a discriminação é muito diferente evidentemente. Nos Estados Unidos, especialmente a

classe média está mudando enormemente. A configuração racial não se refere apenas a brancos e negros, há uma maciça imigração da Ásia, América Latina, povos hispânicos, então há uma situação multirracial e uma multiplicidade de problemas neste país. Os negros estão declinando como população frente a outros grupos que estão chegando e tornando este problema mais complicado. O livro de Degler é de 1971, o auge do movimento pelos direitos civis, era um livro muito otimista. Penso que hoje, as pessoas que escrevem sobre os problemas raciais não são tão otimistas assim. Todos os livros são produtos de seu tempo.

Bibliografia selecionada de Eric Foner:

- Free Soil, Free Labor, Free Men: The Ideology of the Republican Party Before the Civil War.* Oxford University Press, 1970.
- America's Black Past: A Reader in Afro-American History.* Harper and Row, 1971.
- Nat Turner.* Prentice-Hall, 1971.
- Tom Paine and Revolutionary America.* Oxford University Press, 1976.
- Politics and Ideology in the Age of the Civil War.* Oxford University Press, 1980.
- Nada Além da Liberdade.* Paz e Terra, 1988.
- Reconstruction: America's Unfinished Revolution 1863-1877.* New American Nation series, Harper and Row, 1988.
- Short History of Reconstruction.* 1990
- The New American History.* Temole University Press, 1990.
- House Divided: America in the Age of Lincoln.* Norton, 1990.
- Readers Companion to American History.* 1991.
- Slavery, the Civil War and Reconstruction.* 1951.
- Freedom's Lawmakers: a Directory of Black Officeholders during Reconstruction.* Oxford University Press, 1993.
- Slavery and Freedom in the Nineteenth Century America.* 1994.
- America's Reconstruction: People and Politics after the Civil War.* 1997.
- The story of American Freedom.* Norton, 1998.

